

ANO I - EDIÇÃO Nº 16 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 04 de abril de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 210/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o disposto na Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e no Ato nº 052/2012, de 06 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial nº 3.647, em 12 de junho de 2012, que tornou público o Resultado Final e Homologação do Concurso Público, objeto do Edital nº 01/2012, de 04 de abril de 2012, para provimento de vagas nos cargos efetivos de nível médio e superior, considerando, ainda, a Portaria nº 385/2014 que prorrogou a validade do aludido Concurso Público;

RESOLVE :

Art. 1º NOMEAR, em caráter efetivo, WILLIAN BRITO DA COSTA para provimento do cargo de Oficial de Diligências, Especialidade: Institucional, 3º CAD. RESERVA/PNE, Regional de Palmas/TO, com enquadramento no padrão inicial da primeira classe salarial do respectivo cargo.

Art. 2º A documentação e os demais procedimentos para posse estão disponíveis no portal do Ministério Público do Estado do Tocantins, no endereço eletrônico www.mpto.mp.br, página de Concurso.

Art. 3º A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de março de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 213/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEr lotação ao servidor CEIR OLIVEIRA NETO, Técnico Ministerial – Assistência Administrativa, matrícula nº 115512, na 3ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 4 de abril de 2016.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 214/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEr lotação provisória à servidora LUCIANA PINHEIRO DE MORAIS RODRIGUES, Analista Ministerial – Ciências Jurídicas, matrícula nº 129215, na 4ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 4 de abril de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº : 2009/0701/000573

ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercício anterior referente ao aluguel da Promotoria de Justiça de Ponte Alta.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral de Justiça e Evilson Dias Pimenta (locador).

DESPACHO Nº 103/2016 – Nos termos do art. 17, inciso XII, alínea "i", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; em consonância aos dispostos no art. 37 c/c art. 62 e 63, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 março de 1964; considerando a manifestação constante do Parecer nº 046/2016, de 30 de março de 2016, às fls. 845/848, emitido pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral desta Instituição e, considerando ainda, os demais documentos carreados nos autos do processo em epígrafe, RECONHEÇO a dívida de exercício anterior, no valor total de R\$ 68,46 (sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos), relativa à diferença decorrida do reajuste com base no IGP-M/FGV do mês de dezembro de 2015, computada no período de 14 a 31 do mencionado mês, em face do aluguel do imóvel que abriga a Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento para quitar o débito em referência em favor do locador respectivo.

Encaminhe-se os presentes documentos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº : 2010/0701/000393

ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercício anterior referente a contratação de acesso à internet para o GAECO.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral de Justiça e Empresa Oi S/A.

DESPACHO Nº 104/2016 – Nos termos do art. 17, inciso

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procurador de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

XII, alínea "I", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; em consonância aos dispostos no art. 37 c/c art. 62 e 63, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 março de 1964; considerando a manifestação favorável constante do Parecer nº 047/2016, de 30 de março de 2016, às fls. 1.006/1008, emitido pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral desta Instituição e, considerando ainda, o teor do protocolo nº 07010123990201659, emitido pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO, às fls. 1.001, bem como os documentos carreados nos autos do processo em epígrafe, RECONHEÇO a dívida de exercício anterior, no valor total de R\$ 171,57 (cento e setenta e um reais e cinquenta e sete centavos), relativa à contratação de serviços de acesso à internet para o GAECO, no período de 26 a 31 de dezembro de 2015, conforme consta na fatura Oi nº 160400000016, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento para quitar o débito em referência em favor da empresa Oi S/A.

Encaminhe-se os presentes documentos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº : 2014/0701/000413

ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercício anterior referente a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado e demais aparelhos condicionadores de ar da PGJ-TO.

INTERESSADOS: Procuradoria-Geral de Justiça e Termotins Ar Condicionado LTDA - ME.

DESPACHO Nº 105/2016 – Nos termos do art. 17, inciso XII, alínea "I", da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; em consonância aos dispostos no art. 37 c/c art. 62 e 63, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 março de 1964; considerando a manifestação constante do Parecer nº 049/2016, de 30 de março de 2016, às fls. 623/626, emitido pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral desta Instituição e, considerando ainda, os demais documentos carreados nos autos do processo em epígrafe, RECONHEÇO a dívida de exercício anterior, no valor total de R\$ 735,02 (setecentos e trinta e cinco reais e dois centavos), relativa à diferença decorrida do reajuste com base no IPCA - IBGE do mês de dezembro de 2015, computada no período de 11 a 31 do mencionado mês, em face do reajuste do contrato nº 170/2014 – serviço de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado central e seus aparelhos integrantes e dos demais aparelhos condicionadores de ar da PGJ-TO, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento para quitar o débito em referência em favor da empresa Termotins Ar Condicionado LTDA - ME.

Encaminhe-se os presentes documentos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

DIRETORIA-GERAL**ATO CHGAB/DG Nº 005/2016**

Homologa o resultado da Avaliação Periódica de Desempenho – APD de servidores do Quadro Auxiliar de Provedimento Efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 004, de 17 de janeiro de 2013, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 2.580, de 3 de maio de 2012, e no ATO nº 052/2008, de 27 de agosto de 2008, com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

R E S O L V E M:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Periódica de Desempenho – APD, de servidores efetivos e estáveis do quadro auxiliar de provimento efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme disposto no anexo único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 31 de março de 2016.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

**ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG Nº 005/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016
RESULTADO DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO - APD**

AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO – APD RESULTADO DA AVALIAÇÃO					
Ord.	Mat.	Nome Servidor	Cargo	Data Referência	Resultado da Avaliação
1.	91608	Benilda Rodrigues Gomes de Lima	Técnico Ministerial	02/03/2016	Aprovado
2.	109410	Brunno Cesar Rosa Carvalho	Analista Ministerial	04/03/2016	Aprovado
3.	31001	Ariadne Lins de Alencar	Analista Ministerial Especializado	06/03/2016	Aprovado
4.	65907	Sheila Cristina Luiz dos Santos	Analista Ministerial	09/03/2016	Aprovado
5.	83308	Catia da Silva Mesquita	Técnico Ministerial	13/03/2016	Aprovado
6.	37501	Ivana Cristina Monteiro Tolentino Labre	Analista Ministerial Especializado	14/03/2016	Aprovado
7.	66207	Alliane Thassia Tenorio	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
8.	66307	Anderson Yuji Furukawa	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
9.	66507	Caroline Nogueira Amorim Rodrigues	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
10.	70207	Cristiene Nunes dos Anjos de Sene	Analista Ministerial	26/03/2016	Aprovado
11.	67007	Elias Roseno de Lima	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
12.	67307	Fabyola Aparecido Ribeiro Quinaud	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
13.	67407	Flavia Míndi Pimenta	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
14.	69507	Francisco das Chagas dos Santos	Técnico Ministerial Especializado	26/03/2016	Aprovado
15.	67507	Gabriela Alves Lima Sales Araújo	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado

16.	69607	Guilherme Silva Bezerra	Técnico Ministerial Especializado	26/03/2016	Aprovado
17.	67807	Josemar Batista da Silva	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
18.	70807	Ligia Sumaya Carvalho Ferreira Trindade	Analista Ministerial	26/03/2016	Aprovado
19.	67907	Lusiene Miranda dos Santos	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
20.	69807	Margareth Pinto da Silva Costa	Técnico Ministerial Especializado	26/03/2016	Aprovado
21.	68207	Normando Alves Santos	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
22.	68507	Roberta Barbosa da Silva Giacomini	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
23.	70007	Ronaldo Lewis Ungaretti Mitt	Técnico Ministerial Especializado	26/03/2016	Aprovado
24.	71007	Sarah Cunha Porto Pinheiro Rizo	Analista Ministerial	26/03/2016	Aprovado
25.	68707	Thayane dos Reis Silva Leal	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
26.	68907	Vicente Oliveira de Araújo Junior	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
27.	69007	Vitor Assis de Rezende	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
28.	69107	Wagner de Almeida Tavares	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
29.	69207	William Lemes Gomes	Técnico Ministerial	26/03/2016	Aprovado
30.	94709	Juliana Silva Marinho Guimarães	Analista Ministerial Especializado	27/03/2016	Aprovado
31.	66707	Daniel Alves da Silva	Técnico Ministerial	28/03/2016	Aprovado
32.	68007	Maria Zilma Araujo Piccinin	Técnico Ministerial	28/03/2016	Aprovado
33.	111812	Cintya Maria Martins Marques	Analista Ministerial	29/03/2016	Aprovado
34.	98810	Jesus Evangelista da Silva	Motorista Profissional	29/03/2016	Aprovado
35.	67707	Jorge Paulo Pontes da Silva	Técnico Ministerial	29/03/2016	Aprovado
36.	110211	Gabriela Sanchez Ribeiro	Analista Ministerial	30/03/2016	Aprovado
37.	836352 8	Neuracir Soares dos Santos	Técnico Ministerial Especializado	30/03/2016	Aprovado

ATO CHGAB/DG Nº 006/2016

Homologa o resultado da Progressão Funcional Horizontal ou Vertical dos servidores efetivos e estáveis do Ministério Público do Estado do Tocantins, na forma que especifica.

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 004, de 17 de janeiro de 2013, tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 2.580, de 3 de maio de 2012, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento,

R E S O L V E M:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Progressão Funcional dos servidores efetivos e estáveis dos quadros auxiliares de provimento efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins, que foi promovido horizontalmente ou verticalmente para o padrão subsequente da classe, conforme disposto no anexo único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de março de 2016.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG Nº 006/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016
RESULTADO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Ord.	Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/Padrão Anterior	Classe/Padrão Atual	Data da Progressão
1.	91608	Benil da Rodrigues Gomes de Lima	Técnico Ministerial	EA5	EA6	02/03/2016
2.	109410	Brunno Cesar Rosa Carvalho	Analista Ministerial	HA3	HA4	04/03/2016
3.	31001	Ariadne Lins de Alencar	Analista Ministerial Especializado	IB6	IB7	06/03/2016
4.	65907	Sheila Cristina Luiz dos Santos	Analista Ministerial	HB1	HB2	09/03/2016
5.	83308	Cátia da Silva Mesquita	Técnico Ministerial	EA3	EA4	13/03/2016
6.	37501	Ivana Cristina Monteiro Tolentino Labre	Analista Ministerial Especializado	IB6	IB7	14/03/2016
7.	66207	Alliane Thassia Tenorio	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
8.	66307	Anderson Yui Furukawa	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
9.	66507	Caroline Nogueira Amorim Rodrigues	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
10.	70207	Cristiane Nunes dos Anjos de Sene	Analista Ministerial	HB1	HB2	26/03/2016
11.	67007	Elias Roseno de Lima	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
12.	67307	Fabyola Aparecido Ribeiro Quinaud	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
13.	67407	Flávia Minedi Pimenta	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
14.	69507	Francisco das Chagas dos Santos	Técnico Ministerial Especializado	FB1	FB2	26/03/2016
15.	67507	Gabriela Alves Lima Sales Araújo	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
16.	69607	Guilherme Silva Bezerra	Técnico Ministerial Especializado	FB1	FB2	26/03/2016
17.	67807	Josemar Batista da Silva	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
18.	70807	Lígia Sumaya Carvalho Ferreira Trindade	Analista Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
19.	67907	Lusiene Miranda dos Santos	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
20.	69807	Margareth Pinto da Silva Costa	Técnico Ministerial Especializado	FB1	FB2	26/03/2016
21.	68207	Normando Alves Santos	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
22.	68507	Roberta Barbosa da Silva Giacomin	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
23.	70007	Ronaldo Lewis Ungaretti Mitt	Técnico Ministerial Especializado	FB1	FB2	26/03/2016
24.	71007	Sarah Cunha Porto Pinheiro Rizo	Analista Ministerial	HB1	HB2	26/03/2016
25.	68707	Thayane dos Reis Silva Leal	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
26.	68907	Vicente Oliveira de Araújo Junior	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
27.	69007	Vitor Assis de Rezende	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
28.	69107	Wagner de Almeida Tavares	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
29.	69207	William Lemes Gomes	Técnico Ministerial	EB1	EB2	26/03/2016
30.	94709	Juliana Silva Marinho Guimarães	Analista Ministerial Especializado	IA5	IA6	27/03/2016
31.	66707	Daniel Alves da Silva	Técnico Ministerial	EB1	EB2	28/03/2016
32.	68007	Maria Zilma Araújo Piccinin	Técnico Ministerial	EB1	EB2	28/03/2016
33.	111812	Cintya Maria Martins Marques	Analista Ministerial	HA2	HA3	29/03/2016
34.	98810	Jesus Evangelista da Silva	Motorista Profissional	DA4	DA5	29/03/2016
35.	67707	Jorge Paulo Pontes da Silva	Técnico Ministerial	EB1	EB2	29/03/2016
36.	110211	Gabriela Sanchez Ribeiro	Analista Ministerial	HA2	HA3	30/03/2016
37.	8363528	Neuracir Soares dos Santos	Técnico Ministerial Especializado	FA5	FA6	30/03/2016

ATO CHGAB/DG Nº 007/2016

Homologa o resultado da Progressão Funcional Horizontal de servidor efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins aprovado no Estágio Probatório.

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 004, de 17 de janeiro de 2013, tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 2.580, de 3 de maio de 2012, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento,

R E S O L V E M:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Progressão Funcional de servidor efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins nominado, aprovado no Estágio Probatório, que foi promovido horizontalmente para o padrão subsequente da classe, conforme disposto no anexo único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de março de 2016.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG Nº 007/2016,
DE 31 DE MARÇO DE 2016
RESULTADO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

MAT.	SERVIDOR	CARGO	EXERCÍCIO	ESTABILIZAÇÃO	CLASSE ANT.	CLASSE PADRÃO ATUAL
119413	Leandro de Almeida Cambráia	Analista Ministerial	05/03/2013	05/03/2016	HA1	HA2
118813	Leilson Mascarenhas Santos	Analista Ministerial	12/03/2013	12/03/2016	HA1	HA2
118913	Elaine Pereira da Silva	Técnico Ministerial	25/03/2013	25/03/2016	EA1	EA2

PORTARIA DG Nº 040/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço desenvolvido junto a 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob o nº 07010124735201623, em 01 de abril de 2016, da lavra da Exma. Promotora de Justiça, Dra. Isabelle Rocha Valença Figueiredo, anexo.

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper, retroativamente, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do servidor Marcello Gasques Bernadeli, no dia 04/04/2016, referentes ao período aquisitivo 2013/2014, marcadas anteriormente de 28/03/2016 a 06/04/2016, assegurando o direito de usufruto do 03 (três) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 1º de abril de 2016.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 012/2016
Processo nº.: 2014/0701/000577
CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.
CONTRATADA: Layout Móveis Para Escritório LTDA-EPP
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, com o fim de atender as necessidades das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme discriminação prevista no item 01 linhas 3 e 5, item 04 linhas 03 e 05 e item 05 linha 05, da Ata de Registro de Preços nº 030/2015, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 014/2015, Processo administrativo nº 2014.0701.000577, parte integrante do presente instrumento.
VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 10.630,00 (dez mil seiscentos e trinta reais)
VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.
MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52

ASSINATURA: 21/03/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Contratada : Genilson Saraiva de Goiáz.UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATO Nº.: 013/2016

Processo nº.: 2015/0701/00316

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

CONTRATADA: R/C Cartuchos, Informática e Papelaria LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de carimbos, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias do Interior do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 003/2016, Processo administrativo nº 2015.0701.00316.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total estimado de R\$ 31.170,00 (trinta e um mil cento e setenta reais).

VIGÊNCIA: 22/03/2016 até 31/12/2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 e 4.4.90.52.

ASSINATURA: 22/03/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Contratada: Renato da Silva Barreto Júnior.UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.**EXTRATO DO CONTRATO**

CONTRATO Nº.: 014/2016

Processo nº.: 2015/0701/000041

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

CONTRATADA: DISMAQ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos, com o fim de atender as necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, conforme discriminação prevista no item nº 01-Região Central, linhas: 02, 03 e 04 e Item nº 03 - Região Sul, linha: 03 da Ata de Registro de Preços nº 029/2015, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 016/2015, Processo administrativo nº 2015.0701.000041, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o preço total de R\$ 12.550,00 (doze mil quinhentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 e 4.4.90.52

ASSINATURA: 28/03/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Contratada: Franciezio Melo de Araújo.UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.**12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que

qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA IC Nº.: 013/2015.

INVESTIGANTE: Dra. ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI – 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88, art. 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 8.625/93; art. 8º, §1º da Lei 7.347/85.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposto dano ambiental ocorrido em área próxima ao Balneário Jacuba, em Araguaína-TO.

INTERESSADO(S): A COLETIVIDADE E ANTONIA EDJANE BEZERRA CANUTO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 29 de março de 2015.

28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL**EDITAL**

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados do ARQUIVAMENTO dos autos do procedimento Preparatório nº 011/2013-28ªPJC (20136/21648), instaurado a partir de reportagem veiculada em site de notícias, tendo como objeto a apuração de possível irregularidade na contratação de empresa (Tocantins Market – Análise e Investigação de Mercado LTDA) pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, por desvio de finalidade. Informa que até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão, as pessoas co-legitimadas, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 01 de abril de 2016.

ADRIANO NEVES
Promotor de Justiça**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS****EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA Nº.: 010/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 023/2014.

FATO EM APURAÇÃO: Diversas irregularidades no funcionamento do Laticínio Leite Colinas – E. A. Albuquerque e Cia, localizado no município de Colinas/TO;

INVESTIGADO: Laticínio Leite Colinas – E. A. Albuquerque e Cia, localizado no município de Colinas/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 30 de março de 2016.

7ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE GURUPI**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 001/2016

INVESTIGANTE: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 8º, §1º da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública); artigo 21, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; e artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 1.36.002.000075/2015-57 - MPF.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Meio Ambiente (10110) / Poluição (11825).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar possível contaminação do subsolo nas instalações do antigo Posto Cometa.

REPRESENTANTE: Rodrigo Alves Teixeira.

REPRESENTADO: Empresa Cometa Comercial de Derivados de Petróleo Ltda.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 28 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 28/03/2017.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 15/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 16/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9º Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal nº 8.069/90.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 17/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público; Serviços; Ensino Fundamental e Médio; Educação Pré-escolar; Transferência; Transporte.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar reclamações realizadas por pais de alunos, os quais informam que o Município de Dueré-TO estaria fazendo transferência irregular de estudantes da zona rural e alteração repentina na rota do transporte escolar.

REPRESENTANTE: Valdir Rodrigues Mendes, Ana Maria Garcia de Souza Lacerda, Neuza Aparecida Costa Assolari e Estelita Alves do Nascimento.

REPRESENTADA: Município de Dueré-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 29 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 29/03/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 16/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 17/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9º Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal nº 8.069/90.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 03/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público; Serviços; Ensino Fundamental e Médio.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta precariedade na

prestação de serviço público no âmbito da Escola Municipal Duque de Caxias, no Município de Aliança do Tocantins-TO.

REPRESENTANTE: Anônimo

REPRESENTADA: Município de Aliança do Tocantins-TO e Escola Municipal Duque de Caxias

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 29 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 29/03/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 17/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 18/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9º Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal nº 8.069/90.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 14/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente; Seção Cível; Abuso Sexual; Medidas de Proteção.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco sofrido pelo adolescente A.R.S (12 anos de idade) devido ao consumo de álcool e drogas, além da situação de mendicância no Município de Gurupi-TO.

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi-TO.

REPRESENTADOS: Genivaldo Soares de Souza e Maria Silvana Rodrigues de Jesus

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 29 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 29/03/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 18/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 19/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9º Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal nº 10.741/2003.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 69/2015 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Garantias Constitucionais, Pessoa Idosa, Medidas de Proteção.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta situação de vulnerabilidade da idosa Dionira Ribeiro Macedo (83 anos) em Gurupi-TO – Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003).

REPRESENTANTE: Aline Roberta Teixeira.

REPRESENTADOS: Solon Ribeiro Macedo

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 29 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 29/03/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 19/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 20/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9º Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal n.º 8.069/90.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 76/2015 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente; Seção Cível; Abuso Sexual; Medidas de Proteção.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar exposição da criança D.F.S.C (09 anos de idade) em situação vexatória ocorrido na Escola Municipal Professor Joel Ferreira Soares, em Gurupi/TO.

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi/TO.

REPRESENTADA: Marinisia das Mercês Ferreira (Diretora da Escola Municipal de Gurupi/TO)

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 29 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 29/03/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 20/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 21/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9º Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal n.º 8.069/90.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 75/2015 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente; Seção Cível; Abuso Sexual; Medidas de Proteção.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar evidências de que o menor A.V.B. (criança), que reside na cidade de Gurupi/TO, na Av. Rio de Janeiro, nº 1662, entre as Ruas 10 e 19, Setor Jardim Eldorado, está sendo vítima de violência psicológica por parte dos seus pais Edileusa Guedes Vasconcelos e Virgílio Francisco Bulhões, sendo esse um grave problema para seu desenvolvimento psicossocial.

REPRESENTANTE: Vara da Família e Sucessões da Comarca de Gurupi/TO.

REPRESENTADOS: Edileusa Guedes Vasconcelos e Virgílio Francisco Bulhões

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 29 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 29/03/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 22/2016

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 10.741/2003.

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 09/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Garantias Constitucionais (9986) / Pessoa Idosa (11842) / Medidas de Proteção (900008).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar suposta situação de vulnerabilidade da Idosa Luzia Pereira Maciel (93 anos de idade) em Gurupi/TO e necessita de tratamento especializado e dos cuidados afetivos e financeiros por parte de todos os filhos - Estatuto do Idoso (Lei Federal n.º 10.741/2003).

REPRESENTANTE: Adolfo Oliveira Maciel.

REPRESENTADO: Afonso Pereira Maciel.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 30 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 30/03/2017 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA N.º 23/2016

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 93/2015 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Abuso Sexual (9968) / Medidas de Proteção (11818).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar eventual situação de risco e vulnerabilidade dos infantes A.L.M (01 ano); I.M.L (04 anos); R.C.L (05 anos), consistente em abandono de incapaz pela genitora Eliane Lima Monteiro, residentes em Aliança do Tocantins-TO.

REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Aliança do Tocantins – TO.

REPRESENTADA: Eliane Lima Monteiro.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 30 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 30/03/2017 (01 ano).

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 004/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n.º 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n.º 51/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório 032/2008.

FATOS EM APURAÇÃO: a comercialização de carne suína sem sanidade.

INVESTIGADOS: Estabelecimentos comerciais de Silvanópolis que vendem carne.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional/TO, 18/03/2016.

Documento assinado digitalmente conforme MP n.º 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP